

ACTA N.º 15

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 24 de Setembro de 2007.

Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro do ano de dois mil e sete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu em sessão ordinária, no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença dos membros: Vera Lúcia Santos Noronha, José Miguel Neves Teixeira de Carvalho, Vitória Maria de Faria Brito, Paulo Francisco M. Espírito Santo, João Pedro Antunes Osório, João Manuel de Jesus Brito, Joaquim Augusto Palhoto Pais de Azevedo, Anabela Feliciano Costa, Maria Leonor Covão Tendeiro, Inês da Nóbrega Aguiar, Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Maria de Fátima Pedro Carvalho G. Rodrigues, Carla Margarida Raposo e Maria Regina Sardinheiro Céu Ferreira.

A Presidente da mesa deu início à sessão passando de imediato à discussão e votação da Acta nº14, da sessão de 20 de Junho, com continuidade no dia 26 de Junho de 2007.

A membro Anabela Costa solicitou que na "Acta nº 12" fossem transcritos os dois últimos parágrafos da sua intervenção.

A membro Vitória de Brito sugeriu que na "Acta nº 14" fossem feitas algumas alterações a nível ortográfico.

O membro Carlos Cotrim sugeriu também algumas alterações.

A Acta foi aprovada por maioria com 13 votos a favor e 3 abstenções.

A Senhora Presidente da mesa apresentou uma declaração de voto. (Anexa).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da Mesa deu uma breve informação aos membros da Assembleia de que no passado dia 20, ocorreu o Conselho Municipal de Segurança, com a seguinte Ordem de Trabalhos " Ponto um – Segurança pública na área do Município; Ponto dois – Outros assuntos, onde foram faladas algumas questões relativamente à segurança pública na área do Município e, o Sr. Presidente do Conselho Municipal deu início à Ordem de Trabalhos, com a leitura do ofício do Comando Geral da GNR, sobre a vigilância das zonas agrícolas. Informou ainda que houve intervenções do Senhor Celestino Brasileiro, do Senhor Tenente Raposo do Senhor Celso Braz e do Senhor Rui Oliveira.

O membro João Osório, projectou um filme referente a "Um charco de água que existe na Zona Industrial de Alpiarça" – ligação de um depósito que se une à Vala, onde aparecem alguns peixes mortos na Ponte do Touco (enguia, carpas), que já se encontram em estado de decomposição.

O membro João Osório, apresentou uma proposta . (Anexa Proposta nº 1).

O membro João Osório interveio, dizendo que na zona da Bagageira se encontra um despejo de materiais de construção e, que junto a esse despejo se encontram também, documentos da Câmara – alguns documentos que considera que a actuação foi um erro, "pois são documentos importantíssimos e históricos do Concelho de Alpiarça" (tem as pastas em seu poder e que as pode entregar à Senhora Presidente da Assembleia Municipal).

O membro João Osório declarou o seguinte : "em relação aos documentos de Arquivo se encontrarem no referido local e a Câmara utilizar aquele local como despejo" considera uma situação condenável.

O membro Carlos Cotrim, apresentou uma Proposta.(Anexa Proposta nº 2).

A membro Vitória de Brito apresentou várias questões:

- Uma questão referente a " Quando é que a Comissão do PDM, eleita pela Assembleia Municipal toma posse ?".

- Uma questão referente ao Protocolo das Actividades de Enriquecimento Curricular e a Empresa que vai efectuar o serviço, nomeadamente no que diz respeito aos horários.

- Uma outra questão relativamente à Escola, que foi assaltada. "O objectivo principal são os computadores, saber se a Câmara Municipal já tomou medidas de segurança na Escola".

- Uma outra questão relativamente ao arranjo dos sanitários femininos.

O membro Celestino Brasileiro interveio dizendo que, "se consultarmos o Site da Câmara Municipal de Alpiarça , verificamos no que diz respeito ao Ambiente, (artigo escrito pela Senhora Presidente) onde fala na Vala e na limpeza das margens e, verificamos que isso não acontece. A Vala está completamente poluída com peixes mortos, as margens e os passeios pedonais estão completamente sujos e degradados".

O membro Celestino Brasileiro lamentou o facto de tudo isto, "uma vez que já alertaram várias vezes para que a situação fosse resolvida, nomeadamente a poluição que a Zona Industrial transmite para a Vala". Disse ainda que " as coimas que são apresentadas às Empresas da Zona Industrial e a conduta que foi feita , também não resolvem o problema". Disse ainda que a CDU no ano 2005

apresentou uma Proposta para que fosse feita a construção de uma ETAR na Zona Industrial para que todos os problemas, de uma vez por todas, fossem resolvidos.

O membro Paulo Espírito Santo solicitou esclarecimento à Senhora Vereadora Dr^a Vanda Nunes: "Qual é a situação relativamente ao Ensino Primário, as Escolas do Casalinho e do Frade, fecham ou não fecham, para que as pessoas possam ficar esclarecidas quanto a este assunto".

O membro João de Brito, apresentou uma Proposta. (Anexa Proposta nº 3). Disse ainda, que já tinha apresentado o mesmo assunto em sessões anteriores e que ainda não foi resolvido.

O membro João de Brito interveio pedindo esclarecimentos referentes à Vala de Alpiarça, "quando vi a reportagem na TVI, fiquei chocado. Foi gasto muito dinheiro na limpeza da Vala de Alpiarça e mesmo assim não resolveram as situações já colocadas. "No que diz respeito aos cheiros, recebeu várias chamadas telefónicas a lamentarem do que se está a passar em Alpiarça.

A membro Inês Aguiar, deu conhecimento aos membros da Assembleia Municipal, da resolução do Processo colocado contra si em Tribunal, pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, na sequência da sua intervenção como Múncipe no período reservado ao público na Sessão de 29 de Abril de 2005, informando que o mesmo foi arquivado, tendo para o efeito lido o despacho do Ministério Público, onde se incluiu a mesma intervenção que esteve na origem da queixa.

A membro Inês Aguiar solicitou informação sobre se a Câmara Municipal pagou alguns custos, referentes à apresentação do Processo em Tribunal.

O membro Fernando Ramalho interveio dizendo que após ouvir a intervenção da membro Inês Aguiar, o deixou estupefacto. "Em primeiro lugar trata-se de um despacho de arquivamento do Ministério Público, não sei se decorreu o prazo para instrução penal, caso não tenha decorrido o prazo, o visado, o ofendido, o denegrado está sempre a tempo de abrir a instrução para que o Juíz verifique da boa razão do Delegado do Ministério Público que proferiu esse despacho, pois no teor do despacho trata-se de mérita actuação subjectiva do que diz a Lei , porque se me chamassem delator como foi feito à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, eu sentir-me-ia bastante ofendido e também teria apresentado queixa contra essa pessoa que proferiu essas afirmações. Se o Delegado do Ministério Público entende que não ultrapassa aquilo que é socialmente aceitável numa Assembleia Municipal "permitam-me discordar" , porque os Juízes que irão ter competência para apreciar o despacho irão pronunciar-se sobre ele, portanto nada está encerrado, não é uma decisão Judicial é uma decisão administrativa do Ministério Público que terá o seu entendimento.

Disse ainda que o discurso proferido pela membro Inês Aguiar , “No meu entendimento, passou todos os limites”.

O membro Fernando Ramalho colocou uma questão à Senhora Vereadora Dr^a Vanda Nunes, referente à possibilidade de a Casa Museu dos Patudos organizar uma Exposição na Assembleia da República a exemplo do que havia sucedido com o Museu de Serralves do Porto.

O membro José Miguel Carvalho interveio dizendo que, ficou incomodado com o que acabara de ouvir – “mas o que é facto é que foi tudo isto que se passou, até porque está na folha de correspondência que todos os membros da Assembleia Municipal recebem. É uma questão bastante grave que é a de ter de recorrer aos Tribunais, para redimir questões de discussão política. Nas intervenções que são feitas na Assembleia Municipal mais ou menos violentas temos que nos respeitar todos uns aos outros e não dizer sempre, que terão que recorrer aos Tribunais, as questões devem ser colocadas é nas Sessões da Assembleia”.

O membro José Miguel Carvalho, referiu também o facto da existência de material de arquivo se encontrar na lixeira, o que é de uma gravidade enorme , pediu que fosse esclarecido o que se passou.

O membro José Miguel Carvalho referiu ainda que, em relação ao problema de poluição na Vala – “é um problema que não se deve deixar passar em claro e que sejam tomadas as medidas necessárias, para que a situação seja resolvida”.

O membro João Osório referiu também uma situação que constatou em relação às pinturas das passadeiras do Concelho, “se soubessem que para a segurança das pessoas de Alpiarça tinha sido o facto do Vereador Mário Peixinho ter pedido a demissão de Vereador do Trânsito, já o teria feito há mais tempo”.

O membro João Osório solicitou ainda informação referente ao seguinte: “ mais ou menos há um ano, precisamente no dia 27 de Setembro de 2006, o Senhor Presidente da Câmara, fez uma intervenção com sete folhas, que demorou 45 minutos sobre o despacho de arquivamento de um processo, atacou tudo e todos, e não houve nenhum membro do Partido Socialista com categoria Jurídica para se poder pronunciar, o tenha feito”.

A membro Anabela Costa interveio dizendo que se sentia incomodada pela intervenção feita pelo membro Fernando Ramalho, uma vez que apelou sobre a intervenção de “uma camarada minha, um direito que lhe cabe” e em relação a uma intervenção do Senhor Presidente da Câmara feita há muito pouco tempo, não fez qualquer tipo de comentário.

A membro Anabela Costa disse ainda que não ouviu o membro Fernando Ramalho fazer qualquer tipo de intervenção referente à Vala, "pois é um problema que traz graves complicações ao nosso Concelho e ao nosso equilíbrio ambiental".

A membro Regina Ferreira, interveio referindo o problema ambiental que já tinha sido colocado por diversos membros das bancadas, salientou dois aspectos que achou mais importantes – " o facto de se identificar quais são as causas da poluição da Vala de Alpiarça e o facto de Alpiarça estar a ficar pouco tranquila, não percebe qual foi a mais valia de se fazer a denúncia destes casos à Comunicação Social. Gostaria de saber se foram feitas análises e se existem resultados e de qual a situação actual".

O membro Joaquim Pais Azevedo, referiu também o problema existente na Vala de Alpiarça e acrescentou o seguinte " as possíveis origens da poluição da Vala de Alpiarça podem ser internas ou externas para o Concelho, tenho conhecimento de uma poluição externa ao Concelho de Alpiarça, nomeadamente do Concelho da Chamusca – Freguesia de Ulme. "A existência de uma descarga de uma fábrica de papel, que faz descargas muito fortes que vêm ter à Vala, não notamos essas descargas porque estão mascaradas pelas nossas próprias descargas, quando a Vala estiver limpa, e esperemos que seja o mais breve possível , nessa altura conseguimos ver a olho nu, as descargas efectuadas".

A membro Carla Raposo apresentou um Voto de Congratulação – referente à Feira Agrícola e Comercial de Alpiarça. (Anexo).

O membro Fernando Ramalho interveio dizendo que referente aos comentários que foram feitos , só queria acrescentar o seguinte " não ponho em causa o direito da membro da Assembleia Municipal ter lido o despacho de arquivamento proferido pelo Ministério Público da Comarca , o que ponho em causa é voltar a repetir o discurso. Se algumas pessoas dissessem que o comportamento dessas pessoas é igual aos informadores da Pide, se a membro Inês Aguiar se sentia ou não ofendida na sua honra e dignidade , ao contrário do que aqui foi dito o despacho de arquivamento de um processo crime, que foi lido pelo Senhor Presidente da Câmara, havia transitado ou seja, não havia susceptibilidade de impugnar o conteúdo da decisão , ela tornou-se definitiva, porque ninguém dela recorreu".

O membro Fernando Ramalho referiu ainda que, em relação à poluição da Vala de Alpiarça "é evidente que a situação dos peixes mortos, não agrada a ninguém, mas penso que se a situação aconteceu que não volte a acontecer e que sejam tomadas as medidas necessárias, saber quem são os infractores para se poder aplicar a Lei".

O membro Paulo Espírito Santo, interveio dizendo que "toda a gente fala em Democracia, mas a CDU achar que o Executivo está a cometer algumas ilegalidades

e queixar-se ao Ministério Público e, faz bem porque é o Ministério Público que tem que redimir esses diferendos. A Senhora Presidente da Assembleia Municipal sentiu-se ofendida , o Ministério Público achou que não havia razão e deu razão à denunciada, tudo bem – isto é que é a Democracia , cada um tem o direito de dizer aquilo que quer, mas sofre as consequências quando ofende outrem , por isso nós temos que medir as palavras quando falamos, porque se não correremos o risco que ter que responder perante o Tribunal”.

O membro Celestino Brasileiro referiu que “não é com satisfação que se vê nos Orgãos de Comunicação Social, as imagens da Vala de Alpiarça e outras situações que apareceram, tais como aconteceu há um ano , que havia terrorismo em Alpiarça”.

A membro Vitória de Brito referiu “que todas as questões levantadas na Assembleia Municipal , pela Bancada do PS têm sempre desculpa, as que são levantadas pela Bancada da CDU, nunca têm desculpa”.

Em relação ao que o membro Paulo Espírito Santo disse – que quando as pessoas se sentem ofendidas só tem um meio, que é o de recorrer ao Tribunal, “se isso fosse assim , os membros da CDU nem sequer tinham tempo para virem às Assembleias Municipais, andavam sempre nos Tribunais, mas existem outros meios de nos defendermos”.

A membro Vitória Brito, referiu que em relação à notícia que foi feita nos Orgãos de Comunicação Social , “a notícia teve a mesma valia que a que o Senhor Presidente da Câmara deu à RTP a falar de Alpiarça, sobre a segurança, sobre o vandalismo sobre o terrorismo”.

A membro Vitória Brito, referiu ainda que em relação às afirmações feitas pelo membro Fernando Ramalho fez, “sobre a Vala de há alguns anos atrás as águas estavam sujas, é porque o membro Fernando Ramalho nunca tomou banho na Vala , como eu fiz várias vezes pois a água encontrava-se muito límpida”.

A membro Vitória Brito, referiu também o facto do membro Fernando Ramalho ter ficado indignado com a leitura do despacho proferido pelo Ministério, feito pela membro Inês Aguiar, “foi o de informar a Assembleia de uma coisa que surgiu de uma intervenção feita na Assembleia, há uns tempos atrás”.

A Senhora Presidente da Mesa, interveio dizendo que queria também colocar uma questão que foi “a situação de vandalismo na captação de água do Frade de Cima, que aconteceu no dia 24 de Agosto, e que levou à destruição do quadro eléctrico o que fez com que a População do Frade de Cima ficasse privada do abastecimento de água”.

A Senhora Presidente da Mesa, respondeu a algumas questões que foram colocadas, nomeadamente o seguinte:

- Relativamente à Proposta (Nº1) apresentada na Mesa, quando lhes chegarem os resultados das análises que foram feitas aos peixes e às águas, dará conhecimento dos mesmos aos membros das Bancadas.

- Relativamente à correspondência encontrada na Bagageira "peço ao membro João Osório, que os faça chegar à mesa, e vou tentar perceber como foi lá parar".

- Relativamente à Comissão do PDM, quando é que toma posse " eu ainda só tenho os nomes da Bancada da CDU, por isso não posso ainda adiantar sobre o processo de tomada de posse".

- Relativamente à questão do Tribunal " eu não me vou alongar, só quero que as pessoas que estão presentes aqui nesta Assembleia, percebam que foi um membro do público, durante o mandato anterior que se dirigiu à Presidente da Assembleia Municipal e não se dirigiu à Vera Noronha – aí é que está a diferença – eu pretendo saber qual é o respeito que existe quando se dirige à Presidente da Assembleia e diz que ela é uma delatora, uma cobarde e uma faxe ?: Só já me incomoda quem eu quero e há pessoas que já não me incomodam, por isso mesmo já não quero andar com o processo para a frente, podem ficar descansados que já não vou recorrer, mas quero de uma vez por todas que as pessoas percebam que eu aqui sou a Presidente da Assembleia Municipal e não a Vera Noronha que as pessoas encontram na rua".

A Senhora Presidente da mesa da Assembleia passou à discussão e votação das propostas.

A proposta nº 1, diz respeito à apresentação feita pela CDU.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo, dizendo que não vai votar contra a proposta porque a mesma traz benefício para o Concelho, no entanto levanta uma questão, que é a questão dos custos e saber a quem é que compete que os efluentes cheguem à vala em boas condições, se é à Câmara Municipal ou aos poluidores. Pensa que são os poluidores que tem a obrigação de suportar e de garantir que os efluentes, que saem das suas unidades fabris, saem em condições de poderem entrar na vala. Disse ainda que se o Município se substituir às unidades fabris, está de certo modo a pactuar com a incorrecção por elas praticadas e a ter que suportar o custo da construção de uma ETAR. Por esta razão disse que se iria abster na votação da referida proposta.

Intervenção do membro João de Brito que informou que ia votar favoravelmente a proposta, no entanto perguntou se aquando da instalação das empresas na Zona Industrial lhes foi exigido que tivessem estações de tratamento próprias e se foi exigido então porque é que não se agiu em conformidade.

A Presidente da mesa interveio dizendo que embora não seja habitual dar a palavra aos membros do executivo, enquanto estão a discutir propostas, parecia-lhe que neste caso seria conveniente fazê-lo. Como membro da Assembleia explicou que as duas grandes empresas sediadas na zona Industrial têm estações de pré-tratamento, no entanto realçou o facto de existirem produtores de vinho que podem também estar a poluir a vala de Alpiarça. Pensa que a proposta em vez de exigir uma estação de tratamento deveria exigir o tratamento adequado e que garanta as condições de lançamento na vala.

Intervenção do membro João Osório dizendo que depois do executivo fazer os devidos esclarecimentos, a bancada da CDU verá se altera ou não a proposta.

A Presidente da mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para esclarecer esta questão colocada pelo membro João de Brito.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que, como é do conhecimento dos membros da Assembleia Municipal, as principais empresas instaladas na Zona Industrial são obrigadas a ter um sistema próprio de tratamento, há condições técnicas que tem que ser respeitadas no tratamento dentro das unidades fabris, para depois serem deitadas no colector, logo a Câmara em situações anómalas, pontuais, faz de imediato uma inspecção ao local e se a informação respectiva for no sentido de ter existido qualquer atitude de prevaricação, então levanta-se de imediato um processo de contra-ordenação, foram estas atitudes que tomámos de imediato, tivemos informação que as descargas de águas avermelhadas provinham da lavagem de palotes de pimentos, em local não apropriado. As águas vinham com um caudal superior ao permitido e daí terem levantado as tampas de esgoto.

O Senhor Presidente da Câmara explicou ainda que antes da Câmara proceder à ligação do colector pluvial, qualquer empresa ou particular pode fazer ligações clandestinas e isso tem acontecido no nosso concelho. Disse ainda, que a nossa ETAR intermunicipal foi dimensionada para um prazo de vida útil e neste momento, atendendo às ligações indevidas quer no concelho de Alpiarça, quer no concelho de Almeirim, o prazo de vida útil está já muito diminuído. Esclareceu que a Câmara também pediu análises aos peixes mortos, mas que os mesmos começaram a aparecer 48 horas antes da ligação do colector. Referiu ainda que foi da opinião que os peixes mortos não deviam ser retirados da vala, para que toda a população pudesse ver e de uma vez por todas tentar apurar responsabilidades sérias sobre quem comete crimes ambientais. Estes crimes já aconteceram antes e, nessa altura as análises foram inconclusivas, por isso o Município não pôde actuar legalmente.

O Senhor Presidente da Câmara realçou que tratando-se de iniciativa privada, os mesmos têm que suprir as suas necessidades e assumir os custos

derivados da sua actividade, sejam fábricas de produtos congelados, de leite ou adegas cooperativas.

Em resposta ao membro Celestino Brasileiro que mostrou preocupação com a poluição da vala, respondeu que todos estão chocados com a poluição da vala e que não é de agora, desde que foi proibido tomar banho na vala, desde a altura em que a vala não se via porque estava coberta de erva pinheirinha, e aí em vez de água via-se um coberto vegetal e continuamos a estar chocados, logo tem que haver uma grande sensibilização para a defesa de um património que é de todos, embora pareça que querem transformá-la em arma de arremesso e culpar a Câmara da poluição existente na vala. Disse ainda que a Câmara tem que se reger pelos instrumentos legais que tem à disposição, primeiro faz a inspecção à actividade da empresa e se detectarmos que há matéria para actuar, levanta-se o respectivo processo e é aplicada a respectiva coima por deliberação do executivo camarário.

Em relação aos problemas que existem hoje na zona industrial respondeu que antigamente não haviam problemas, pois não existia zona industrial com a dimensão presente. É normal que os problemas aconteçam, logo temos que ser mais exigentes e fiscalizadores.

Respondeu à representante da Junta de Freguesia que o Município continua à espera do resultado das análises e informou que houve outras entidades a solicitar as mesmas análises, vamos aguardar e verificar se conseguimos identificar o problema.

O membro João de Brito interveio dizendo que também se tinha referido ao trilho pedonal.

O senhor Presidente da Câmara disse que respondeu ao que a senhora Presidente da Assembleia lhe tinha solicitado.

O membro Celestino Brasileiro perguntou se as águas pluviais que estavam na lagoa, junto à zona Industrial, foram rejeitadas por aquela conduta e perguntou ainda qual é a responsabilidade das Etares em termos do tratamento de efluentes e qual é a responsabilidade da Câmara. Referiu-se ainda a um documento de defesa que a Renoldy apresentou, onde se podia ler a determinada altura, o seguinte: "...expõe que quando se iniciou o projecto estava previsto que os efluentes seriam rejeitados da ETAR da Renoldy para a ETAR de Almeirim/Alpiarça, tendo a Câmara garantido que existiam condições necessárias e suficientes para o fazer, no entanto verificou-se que a rede de escoamento implantada pela Câmara na Zona Industrial não tinha características técnicas, nem capacidade para proceder ao escoamento dos efluentes da ETAR da Renoldy para a ETAR de Almeirim/Alpiarça". O membro Celestino Brasileiro solicitou ao senhor Presidente da Câmara um esclarecimento

sobre esta matéria, para tentar compreender qual é a responsabilidade da Câmara e da Empresa.

Intervenção do membro João Osório dizendo que há uma grande falta de respeito por parte do executivo e, que quando daqui a dois anos a CDU estiver no poder estas situações não irão acontecer. No entanto o que interessa é a poluição na vala e verificar quem poluiu e quem é o responsável. Disse ainda que a Câmara Municipal de Alpiarça tem um esgoto a céu aberto há mais de cinco anos. Referiu que no contrato assinado pelo senhor Presidente da Câmara, em 8 de Setembro de 2003, com a empresa Monliz garantia que a rede de esgotos estava preparada para receber os despejos do efluente da fábrica previamente tratados. Num documento assinado pelo senhor Presidente e datado de 3 de Setembro de 2002, pode ler-se na alínea j) o seguinte: "A Câmara garante que a rede de esgotos está preparada e dimensionada para receber os despejos dos efluentes da fábrica previamente tratados". Mas o que se conclui é que a Câmara não estava preparada para receber os efluentes tratados e uma vez que as fábricas já funcionam há algum tempo, então pretendia saber para onde foram despejados esses fluentes. Perguntou ainda se as estações das duas unidades fabris, que já estão a funcionar, se encontram licenciadas e devidamente fiscalizadas. Perguntou se a Câmara tem verificado o pré-tratamento, o que é que tem feito para resolver o problema do esgoto a céu aberto.

A Presidente da mesa deu a palavra ao executivo para responder às questões.

O senhor Vereador Ferreirinha esclareceu que estava, como toda a população, preocupado com o problema da poluição na vala de Alpiarça, na verdade quando a Câmara teve conhecimento da ocorrência tomou as iniciativas que achou convenientes, contactou os serviços da GNR Ambiente, que nos informaram que já tinham feito análises à água. A Câmara fez também recolha de água para análise, tanto a montante como a jusante do emissário da Zona Industrial, recolheu peixe para congelar e posteriormente mandar analisar.

O Vereador explicou que o que disse tanto aos jornais como à estação de televisão que noticiou o caso, foi que não sabia o que tinha causado a morte dos peixes, nem se tinha sido a montante ou a jusante do emissário. Referiu que a Câmara vai esperar pelo resultado das análises para tentar compreender o que se passou.

Em relação ao licenciamento das ETAR's, explicou que as unidades fabris tem que ter as ETAR's em condições para que possam lançar os efluentes na linha de água, mas o licenciamento não é da responsabilidade da Câmara, mas sim da CCDRLVT.

Quanto aos efluentes foi dito que, os que não estivessem em condições seriam bombeados e retirados.

Intervenção do membro João Osório dizendo que embora o licenciamento das ETAR's seja da responsabilidade da CCDRLVT, a Câmara tem a responsabilidade de saber e verificar se essas licenças existem e, que é essa resposta que pretende obter da parte do senhor Presidente ou Vereador Ferreirinha.

O Senhor Vereador disse que teria que verificar, mas que deduz que estejam licenciadas.

A Presidente da mesa referiu-se à proposta, em discussão, dizendo que, uma vez que os resultados das análises de água são divulgados com alguma regularidade, lhe parece desajustado falar em contaminação dos lençóis freáticos, pois a Câmara de Alpiarça segue um programa aprovado superiormente. Disse ainda que estranha que a CDU, quando tinha uma lixeira junto a uma captação de água na zona dos Patudos e aí sim com poluição gravíssima, nunca tenha tido este tipo de preocupação em relação ao lençóis freáticos.

A Presidente da mesa colocou a proposta à votação, que foi aprovada por maioria com oito votos a favor, cinco votos contra, duas abstenções e uma ausência da sala.

A Presidente da mesa passou à discussão da proposta nº 2, apresentada pela bancada do PSD.

Não houve intervenções. A Presidente da mesa colocou a proposta à votação, foi aprovada por maioria com cinco abstenções.

A Presidente da mesa colocou à discussão a proposta nº 3, apresentada pela bancada do PSD.

Intervenção do membro Fernando Ramalho referindo que concorda que faz falta estacionamento para as farmácias, mas que lhe parece haver alguma dificuldade técnica em criar mais lugares.

Intervenção do membro João de Brito dizendo que, tal como existe noutros Concelhos, pode designar-se através de uma placa um ou dois lugares para utentes das farmácias.

A Presidente da mesa colocou a proposta nº 3 à votação, que foi aprovada por maioria com quatro abstenções.

A Presidente da mesa colocou à discussão o voto de congratulação, apresentado pela bancada do PS, sobre a Alpiagra 2007.

Não houve intervenções, passou-se de imediato à votação, foi aprovado por maioria com quatro abstenções.

A Presidente da mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer os assuntos do período antes da ordem do dia.

O Senhor Presidente perguntou ao vereador Mário Peixinho em que data é que ele suspendeu as suas funções como vereador do pelouro do trânsito. O Senhor Vereador Mário Peixinho respondeu que foi em Abril.

O Senhor Presidente da Câmara começou por responder ao membro João Osório, sobre os documentos da Câmara que apareceram na bagageira, dizendo que a Câmara está a averiguar o porquê de documentos que deveriam ter ido para arquivo aparecerem na bagageira, pois para o executivo esta é uma situação chocante.

A Senhora Vereadora Vanda Nunes começou por responder à questão colocada pela membro Vitória Brito, sobre as actividades de enriquecimento curricular, explicou que existe um contrato programa entre o Ministério da Educação e a Câmara Municipal de Alpiarça, como entidade promotora e que vigora por dois anos. Em simultâneo é celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas, estando praticamente a chegar-se a consenso quanto ao teor desse protocolo. Explicou ainda que o despacho do Ministério da Educação não é muito claro em relação aos horários das AEC, a Câmara no ano passado tentou em consenso com as senhoras professoras titulares de turma conseguir que os horários fossem o mais possível ao encontro das necessidades das crianças, este ano vamos tentar dar atenção aos horários das crianças mais pequenas, de modo a que as actividades de enriquecimento curricular, para essas crianças, decorram só depois das 15:30H. Quanto aos computadores, e às medidas de segurança, a Autarquia tentou, o mais possível, concretizar essas medidas, até porque os computadores existentes, no centro de recursos e biblioteca escolar, foram colocados pelo Município através de um programa, o PRODEP, portanto temos todo interesse que nada aconteça a esse material informático. Segundo tivemos conhecimento houve furto de chaves e imediatamente foram tomadas medidas. Quanto à questão dos sanitários, explicou que há pouco tempo foi feita uma intervenção nas casas de banho dos rapazes, mas que as mesmas se encontravam muito degradadas e que terá que ser feita uma intervenção de fundo nas casas de banho das meninas, logo que possível.

Relativamente à questão colocada pelo membro Paulo Espírito Santo, referiu que a Autarquia tudo fez para que a carta educativa não contemplasse o encerramento nem da Escola do Casalinho nem da Escola do Frade de Cima, esta persistência começou em Novembro de 2006 com a fundamentação da necessidade de continuidade destas duas escolas, até porque no Frade de Cima havia um rejuvenescimento da população e nesse sentido o Município abriu o Jardim de Infância e pediu-se ao Ministério para deixar a Autarquia mostrar que no Frade de Cima não havia falta de crianças. Não foi fácil, mas uma vez que a escola de

Casalinho tinha menos de 20 alunos mas mais de 11, a Autarquia considerou que devia ser obrigatoriamente ouvida pelo Ministério da Educação. Em relação à escola do Frade de Cima, foi manifestamente mais difícil, pois tratava-se de uma escola com menos de 11 alunos e a Autarquia nada podia fazer, mesmo assim foi persistente e procurou demonstrar ao Ministério, com o conhecimento que tem no terreno, reuniu várias vezes no Frade de Cima, algumas delas com a presença do Senhor Presidente da Associação de Pais com o objectivo de inverter esta situação. Depois de vários anúncios de encerramento da referida escola, o Município recebeu na passada sexta-feira a comunicação, por parte do Ministério da Educação, de que os argumentos tinham sido ouvidos e que até que o Município pudesse oferecer a estas crianças melhores condições, designadamente a construção de um novo Centro Escolar, esta escola iria manter-se aberta, esta informação foi transmitida verbalmente e formalizada poucas horas antes do início da sessão da Assembleia Municipal, a Senhora Vereadora leu o fax emanado do Ministério da Educação e referiu que o executivo estava satisfeito com esta conquista.

Quanto à questão levantada pelo membro Fernando Ramalho, sobre a exposição dos Patudos na Assembleia da República explicou que, o assunto foi levado à penúltima reunião de Câmara, e que a Autarquia assinou um protocolo com a Assembleia da República, neste mês de Setembro, que consubstancia esta parceria que acontece no âmbito das comemorações do centenário da República e que irá proporcionar à Casa dos Patudos uma visibilidade, não antes conseguida, num lugar de privilégio para a República e para a Democracia. Explicou que a referida exposição irá centrar-se na figura do Senhor Relvas, que poucas pessoas conhecem e deveriam conhecer, a Autarquia tudo fará para levar mais longe a figura de José Relvas e a Casa dos Patudos.

Intervenção da membro Vitória Brito que perguntou se, era por indicação da DREL, que as actividades vinham em bloco.

A Vereadora Vanda Nunes respondeu que não, que foi um lapso, o que aconteceu é que a Autarquia no ano passado contratou actividades em bloco, pois sendo um único agrupamento é mais fácil ter a mesma entidade a promover as diferentes actividades, no entanto todas as actividades são facultativas.

Intervenção da membro Vitória Brito que perguntou se a empresa que vai promover as actividades de enriquecimento curricular é a mesma do ano passado.

A Vereadora explicou que neste momento a Autarquia está a enviar os convites às diversas empresas para que possam apresentar as suas propostas e só depois de todo o processo concluído se saberá qual a empresa que irá promover as AEC neste ano lectivo.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu à questão colocada pelo membro João de Brito, sobre a manutenção dos trilhos pedonais junto à vala, explicando que a obra tem origem na CULT e envolve os Municípios de Alpiarça e Almeirim e que está neste momento em discussão com o empreiteiro. Pois os dois Municípios consideram que existem anomalias, na fase de intervenção, aspectos que tem a ver com uma hidro-cimenteira que não vingou, mas que os Municípios consideram que a culpa não é do dono da obra, e também com a colocação de arborização junto à margem da vala. Portanto a manutenção está a ser equacionada com a CULT, mas também com o empreiteiro que terá de corrigir situações que estão em falta.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu à questão da pinturas das passadeiras colocada pelo membro João Osório, dizendo que foram pintadas no mês de Julho ou Agosto e que o Vereador Mário Peixinho deixou o pelouro do trânsito em Abril. Quanto ao comentário do membro João Osório relativamente ao facto do Presidente da Câmara ter lido um despacho de arquivamento do Ministério público, explicou que era um dever de informação, pois havia acusações graves ao Presidente da Câmara, logo competia ao Presidente da Câmara esclarecer a Assembleia Municipal e toda a população de Alpiarça.

Respondeu à membro Anabela Costa, dizendo que a Câmara está a aguardar o resultado das análises.

Referiu-se ainda ao comentário da membro Vitória Brito sobre uma entrevista dada pelo Presidente da Câmara à RTP, e explicou que a entrevista veio na sequência das violações que os eleitos e as instalações do Município sofreram por parte de desconhecidos.

Em relação à situação, apresentada pela Senhora Presidente da Assembleia, disse tratar-se de vandalismo grave.

Respondeu ao membro José Miguel Carvalho, afirmando que quanto à recorrência aos tribunais, acredita num estado de direito que consagra estados de comportamento democrático.

Relativamente à poluição, referiu que esta é uma grande preocupação da Autarquia, que uma forma de combater a poluição foi a conclusão do encerramento da lixeira e que para esse local a Câmara está a desenvolver uma candidatura no âmbito do projecto Repidurable. Esta candidatura foi escolhida pelo Ministério do Ambiente como um exemplo de valorização ambiental e foi mostrada ao país no Parque das Nações. Referiu que a Autarquia mantém o esforço de limpeza da vala, informou também que a vacaria da torre, que tanto incomodava os munícipes com os cheiros desagradáveis, já está encerrada, foi encerrada através de negociações, as mesmas negociações que decorreram nas explorações de duas pedreiras a céu

aberto que existiam na Quinta dos Patudos, uma delas com um contrato de manutenção por 50 anos, no entanto a Autarquia através de sensibilização conseguiu que as mesmas fossem encerradas na Quinta dos Patudos e colocá-las num outro local com muito menos incómodo ambiental. Quanto à questão da Zona Industrial considerou ser uma preocupação crescente que tem de ser acompanhada, mas realçou que a Câmara pretende o desenvolvimento da Zona Industrial, por isso foram colocadas infra-estruturas que não existiam, foram alcatroadas ruas que antes eram de terra, instaladas empresas e por isso foi Alpiarça reconhecida como um dos quatro concelhos que a nível nacional se distinguiu na captação de investimento estrangeiro. A Câmara está só à espera da consagração de um plano de pormenor, que roda na CCDR há quatro anos e nove meses, para que se possam fixar mais duas unidades industriais na Zona Industrial.

A Senhora Presidente da mesa deu início à ordem de trabalhos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto número um – Apreciação da informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Intervenção do membro João Osório, referindo-se à reunião na Assembleia da República, no dia 22/06/07, para assinatura de Protocolo, perguntou se os membros da Assembleia poderiam ter acesso ao referido protocolo.

A Senhora Vereadora respondeu que o protocolo podia ser facultado a qualquer membro da Assembleia Municipal.

O membro João Osório, manifestou o seu agrado em relação às Exposições que a Câmara está a realizar com a Casa Museu dos Patudos, em outros Concelhos, mas gostaria de colocar uma questão á Senhora Vereadora Drª Vanda Nunes, que é a seguinte: "se estão a levar em consideração com o Testamento do Senhor José Relvas as obras só saírem da Casa Museu, com a contrapartida de restauro e conservação das peças – queria perguntar se nessa Exposição tiveram tudo isso em consideração? ".

O Senhor Presidente da Câmara questionou o membro João Osório para saber qual era a Exposição, que ele se estava a referir. O membro João Osório respondeu que foi a Exposição realizada em Figueiró dos Vinhos.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que foram tomados todos os procedimentos legais , como são feitos em todas as outras Exposições.

O membro Fernando Ramalho interveio dizendo que o membro João Osório “ está a colocar a questão da Câmara cumprir o Testamento, que as obras só saem para restauro, se não houverem contrapartidas de restauro não saem” será que é isso que o membro João Osório se refere?. A Câmara Municipal deverá acabar com a Exposição que se irá realizar na Assembleia da República, uma vez que na Assembleia da República não fazem restauro das peças?.

Ponto número dois – Apreciação e votação de Projecto de Regulamento do Arquivo da Câmara Municipal de Alpiarça.

A membro Vitória Brito questionou em relação ao artigo 20º ponto nº 1 , pedindo alguma informação.

O membro Paulo Espírito Santo, interveio dizendo que o Regulamento já esteve na Sessão do dia 27 de Dezembro de 2006, para ser aprovado, não houve contestação pública ao Regulamento, já foi aprovado em Diário da República, e agora vem para ser aprovado nesta Assembleia.

A membro Vitória Brito interveio dizendo que não fez nenhuma contestação, mas sim uma pergunta.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a documentação só pode ser analisada depois do seu necessário tratamento técnico, que tem a ver com aspecto de ordenação, classificação , o tempo que pode levar é o tempo que o funcionário levará a realizá-la.

A Senhora Presidente da Mesa passou de imediato à votação , foi aprovado por unanimidade.

Ponto número três – Apreciação e votação de Proposta de Taxas ao abrigo do Decreto-Lei Nº 68/2004, de 15 de Março – Ficha Técnica da Habitação.

A Senhora Presidente da Mesa colocou o ponto à votação, foi aprovado por maioria com 10 votos a favor e 6 abstenções.

Ponto número quatro - Apreciação e votação de Proposta de Tabelas anexas ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.

A Senhora Presidente da Mesa colocou o ponto à votação, foi aprovado por maioria com 10 votos a favor e 6 abstenções.

Ponto número cinco – Apreciação e votação de proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Edificações Urbanas no que concerne ao valor do K3.

Intervenção do membro João Osório, referiu que já se manifestaram em Reunião de Câmara , e que vão apresentar a mesma na Assembleia que é a

seguinte: “neste momento está a decorrer a revisão do PDM do Concelho de Alpiarça, e esta situação é uma situação de excepção que são os espaços agrícolas em áreas florestais não abrangidas e isto tem custos inerentes à Autarquia – nos esgotos, na recolha de lixos, na luz, por isso pensamos que não é com o aumento das Taxas que a Câmara Municipal vai resolver o problema.

O Senhor Presidente da Câmara informou que, o que o membro João Osório acabou de referir é um mecanismo que não existe na Lei.

A Senhora Presidente da Mesa colocou o ponto à votação, foi aprovado por maioria com 9 votos a favor e 7 abstenções.

A Senhora Presidente da Mesa perguntou aos membros da Assembleia, que devido ao adiantado da hora, se queriam continuar com a Sessão. De imediato deram continuidade à Sessão.

Ponto número seis - Apreciação e votação de Proposta de alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE).

A Senhora Presidente da Mesa colocou o ponto à votação, foi aprovado com 8 votos a favor e 8 abstenções.

Ponto número sete – Apreciação e votação de Proposta do Senhor Presidente da Câmara datada de 27-07-2007 – “Águas do Ribatejo, EIM”.

A Senhora Presidente da Mesa, informou que em relação ao documento referente ao ponto ser muito volumoso, foi distribuído a cada membro da Assembleia um CD com a respectiva documentação.

A Senhora Presidente da Mesa colocou o ponto à votação, foi aprovado por maioria com 8 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.

A membro Anabela Costa apresentou declaração de Voto da Bancada da CDU (anexa).

O membro João de Brito fez declaração de voto, pela abstenção ao ponto, porque “temos receio que seja uma maneira simpática de empregar mais uns quantos boys”.

O membro Paulo Espírito Santo fez declaração de voto, dizendo que a Bancada do PS votou favoravelmente por várias razões, uma das quais foi que “vimos que ao invés do modelo proposto anteriormente, o modelo arranca com 100% do capital público e nunca deixa de ter uma maioria de capital a controlar o processo – autarquias como: Salvaterra de Magos, Benavente, Chamusca, Almeirim e Alpiarça, juntaram-se e fizeram uma preposição que vai ao encontro das

preocupações das pessoas”. Outra das razões é o tarifário das Taxas de água proposto.

A Senhora Presidente da Mesa fez declaração de voto “ dizendo que votou favoravelmente e congratulou-se que a proposta tivesse sido aprovada – O Projecto “Águas do Ribatejo”, no meu ponto de vista é uma pedrada no charco, relativamente aquilo que tem sido a prática neste País que são as grandes empresas subsidiárias das Águas de Portugal , que têm 51% do capital, as autarquias são minoritárias com 49%, nesse ponto de vista a constituição desta empresa é essencialmente uma grande vontade de querer garantir que ao contrário dessas empresas que praticam preços quase impossíveis de aguentar em populações rurais, poderemos ter alguma garantia, nomeadamente quer na melhoria dos sistemas, quer na melhoria da quantidade de serviço prestado.

Ponto número oito – Apreciação e votação de Proposta do Senhor Presidente da Câmara datada de 11-9-2007 – “Empreendimento Turístico numa área de 160 ha do prédio denominado Quinta dos Patudos”.

O membro Carlos Cotrim interveio dizendo que em relação a este ponto “falta um parecer jurídico sobre o assunto, falta um parecer de viabilidade económica e mesmo que haja viabilidade económica temos sempre que salvaguardar, para que o empreendimento daqui por uns anos tenha o resultado esperado”.

A membro Vitória Brito apresentou uma proposta da CDU em relação ao ponto nº 8, da Ordem de Trabalhos. (anexa)

O membro Paulo Espírito Santo interveio dizendo que “nós o que temos na Mesa é uma Proposta que foi apresentada sobre um “Empreendimento Turístico” que é ou não é útil para o Concelho? Não se pode ver só como um projecto de viabilidade económica , porque se não houver viabilidade económica não aparecem concorrentes e o concurso fica vazio”. Este projecto na minha opinião, pela dimensão que envolve, é um projecto que irá trazer para Alpiarça uma componente turística muito grande, que nós ainda hoje não temos, o Distrito também não tem e a Região duvido que tenha. Os pareceres jurídicos e os estudos de viabilidade económica têm que aparecer apresentados pelas empresas que irão concorrer.

O membro Fernando Ramalho interveio dizendo que, a Proposta é no sentido da implantação na Quinta dos Patudos de um empreendimento turístico, o que eu pergunto é o seguinte: “ depois de todas as demarches, quando estiver a Câmara Municipal em condições de realizar um negócio com um eventual interessado, se essa licença ou esse contrato virá à Assembleia Municipal ?

Concordando com o que foi dito pelo membro Paulo Espírito Santo, não vale a pena fazermos aqui rodeios com questões jurídicas, o que está em causa é saber se queremos ou não o empreendimento turístico em Alpiarça. As pessoas não são obrigadas a querer o empreendimento turístico em Alpiarça, ou seja, a terem a mesma visão que o Município tem para Alpiarça, mas que o digam. Mas não venham dizer "tenham atenção ao Testamento do Senhor José Relvas", porque no passado, este mesmo Testamento permitiu que se construísse uma Barragem em terrenos que eram da Quinta dos Patudos, um Parque de Campismo concessionado a um privado, o que também viola o Testamento do Senhor José Relvas. Por outro lado conheço muito bem um panfleto que circulou em Alpiarça dizendo que "tudo o que este Executivo estava a fazer, já estava pensado e iniciado por anteriores Executivos da CDU, onde diziam também que estavam em negociação com um grupo privado para instalar na mesma Quinta dos Patudos, uma Unidade Hoteleira, aí nenhum distinto membro ou apoiante ou simpatizante da CDU, disse, cuidado com a "vontade do Senhor José Relvas". Agora temos que saber se é bom ou não para Alpiarça é isso que temos que decidir".

A membro Inês Aguiar, solicitou esclarecimento a uma dúvida "se o que estamos a discutir neste ponto, se é só uma auscultação do Senhor Presidente para saber qual é a opinião das Bancadas em relação a um Projecto desta natureza, ou se é um pedido de autorização para abertura de um Concurso Público?".

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu a membro dizendo que "a Proposta apresentada é clara, não é necessária autorização, mas trouxemos o assunto à Assembleia Municipal. O que está em causa é a votação do teor da Proposta.

A membro Inês Aguiar interveio dizendo que tendo em conta o Decreto-Lei 59/99, a Proposta não está completa, faltam uma série de informações, que são necessárias, nomeadamente no processo de abertura para Concurso Público, nós temos que ter toda essa informação, para podermos votar a proposta, independentemente da decisão da adjudicação vir à Assembleia.

O membro João de Brito, interveio dizendo que "estou de acordo com o que foi dito pelo membro Paulo Espírito Santo, na instalação do Empreendimento Turístico em Alpiarça, mas estou em desacordo com outras declarações feitas pelos membros da bancada do PS, apresentando alguns argumentos que não fazem sentido, pois o que nós queremos é transparência na proposta apresentada. Na reunião de Câmara de 21 de Setembro, com um voto de qualidade da Senhora Vice-Presidente é que a proposta foi aprovada.

O Senhor Presidente da Câmara não esteve presente nessa reunião, por isso é que eu peço que haja transparência. Não estando contra o projecto apresentado,

deviam de terem sido fornecidos mais dados, para que eu pudesse votar positivamente". Dada a importância desta proposta, solicito que seja mencionado em Acta, os nomes das Bancadas que votaram ou não favoravelmente. No que diz respeito ao Testamento do Senhor José Relvas, eu não o conheço.

A membro Anabela Costa interveio dando resposta ao membro que apelou às indústrias de lazer para a nossa terra, não tenho nada contra as indústrias de lazer no nosso País, tenho outros sonhos de facto para a minha terra, se a agricultura está como está, ao Governo PS também o devemos.

Em relação à proposta tenho muitas preocupações, "quero deixar um reparo que quando foram entregues os documentos , só me foi entregue a certidão, a proposta só foi entregue no dia 20-09-07. Mas a minha preocupação vai mais, para a legalidade da proposta apresentada, quanto aos terrenos à concessão por 90 anos , esta concessão não é mais que uma alienação do terreno, não estou a ver naquele espaço uma construção desta natureza. Qualquer que seja a decisão de se adiar para melhor conhecimento e apreciação do projecto, conforme a minha Bancada pediu, qualquer que seja a decisão aqui tomada, " eu quero dizer que estão todos coniventes com a ilegalidade que estão a cometer".

A Senhora Presidente da Mesa esclareceu para foram entregues duas certidões, uma certidão que foi passada no dia 14 de Setembro/07 pela Senhora Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira, em regime de substituição, na sequência de uma reunião de câmara. O facto da proposta precisar de algumas rectificações foi novamente à reunião de câmara do dia 21-09-07, (deve ter sido lapso seu , quando disse que recebeu no dia 20-09-07), foi por essa razão que a segunda certidão com a proposta rectificada fosse entregue nessa data.

O membro João Osório, interveio fazendo algumas considerações " os membros das Bancadas da Assembleia Municipal, não sabem que em Janeiro ou Fevereiro de 2006, já foi aprovado em Reunião de Câmara o projecto de alterações e que a CDU, votou favoravelmente".

O membro João Osório interveio ainda dizendo que " um dos subscritores do celebre documento assinado há uns anos – pelos três doutores - foi assim que ficou conhecido" que criticavam tanto a Barragem dos Patudos, mas tanto a Barragem dos Patudos como o Parque de Campismo, foram construídos para benefício das pessoas de Alpiarça, portanto não queiram comparar certas coisas" . O Hotel foi concessionado pelo PS , não foi para a frente porque os empreendedores não quiseram levar para a frente essa concessão.

O membro José Miguel Carvalho interveio referindo que a proposta que foi apresentada pela Bancada da CDU, já devia ter sido votada, porque " Propunha

que a proposta fosse adiada para melhor conhecimento e apreciação do projecto , pois o documento que nos foi cedido é pouco ou nada esclarecedor”.

O membro Paulo Espirito Santo, concorda com a intervenção feita pela Bancada do PSD, que foi de ficar em Acta, os nomes dos membros das Bancadas que votaram ou não favoravelmente, porque a Bancada do PS vai votar favoravelmente e é um facto de ficarmos orgulhosos, que daqui a uns anos digam que o PS, colocou Alpiarça no Mapa.

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu em primeiro lugar ao membro João de Brito, pelo facto de ele não conhecer o Testamento do Senhor José Relvas, mas na generalidade os membros que se encontram nesta Assembleia o conhecem e sabem que o Senhor José Relvas fixou em termos de desígnios do seu Testamento, dois pontos fundamentais : primeiro o desenvolvimento de uma obra assistencial “Asilo das Velhas”, todo o seu Testamento vai dirigido no sentido de que as receitas a obter com a exploração do que ele nos deixa, deve ser dirigido para aí, e depois também manter uma Casa , que deveria ser conservada – com a memória de uma família e nunca transformada em Museu. A riqueza do acervo existente na Casa dos Patudos , coloca-o como um dos quatro principais Museus de Arte Portuguesa.

Deixou também em Testamento, com décadas de existência algumas directrizes, mas a substância fundamental do Testamento está na obra assistencial e conservação de uma Casa. A seguir o que foi feito foi arranjar instrumentos para viabilizar este desígnio fundamental nas suas duas vertentes e começou antes do 25 de Abril , quando parte do Legado rural foi arrendado ao Senhor Manuel Duarte e foi feita uma exploração agrícola. Depois por vicissitudes que todos nós conhecemos essa exploração agrícola foi interrompida em 1975 e a partir daí, esta componente rural do Legado do Senhor José Relvas não rendeu um euro líquido para cumprir aquilo que era o objectivo do seu Testamento. O prejuízo acumulado ronda em moeda antiga quatrocentos mil contos. O que nós estamos hoje a propor respeita na integra o que era o espírito e o desejo do Senhor José Relvas nas suas duas vertentes.

Já no passado foram feitas tentativas já diferenciadas de dar rendimento a um terreno que não tem aptidão agrícola e o Senhor José Relvas também diz taxativamente no testamento que não quer que aquilo só tenha uma exploração agrícola. Desde a instalação do Poder Local Democrático em termos de eleições , houve até hoje três Presidentes de Câmara , o Dr. Armindo Pinhão o Engº Raúl Figueiredo e eu. Quando o Dr. Armindo Pinhão arrendou espaço para a exploração

de uma pedreira na Quinta dos Patudos, não gostando muito e sendo na altura Vereador da oposição votei favoravelmente, para tentar arranjar receitas para cumprir os desejos fundamentais do Senhor José Relvas. No entanto estou muito mais de acordo com a ideia do Engº Raúl Figueiredo , referente a um documento apresentado pelo Engº Raúl Figueiredo datado de 02-01-1998, e que no ponto 16 diz o seguinte " iniciadas negociações com a empresa proprietária de uma rede de hotéis para a construção de uma unidade hoteleira na zona da Barragem, cujo terreno poderá ser cedido ao preço de um escudo o metro quadrado" .Quer o Dr. Armindo Pinhão como o Engº Raúl Figueiredo quiseram viabilizar iniciativas instrumentais para prosseguir o que eram os dois desejos fundamentais do Senhor José Relvas, e são esses que importam preservar. Mas ao fim de 32 anos esses desejos não estão a ser cumpridos. A Casa dos Patudos se tivesse que ser mantida pela exploração do Legado José Relvas , o que é que seria o estado dela. A grande intervenção na Casa dos Patudos ocorreu em 1999 na vigência do II Quadro Comunitário de Apoio , uma Candidatura ao Sub-Programa B , numa intervenção de 50 mil contos , Fundos Comunitários e Orçamento Municipal, todas as intervenções seguintes foram Orçamento Municipal , mas este é o desígnio secundário do Senhor José Relvas e então o prioritário? De termos um Património e não conseguirmos os instrumentos necessários para gerar os rendimentos para prosseguir o que eram os seus dois desejos fundamentais. Estamos a falar de um terreno que não tem grande aptidão agrícola , por isso achamos que é uma tentativa de gerar receitas como nunca aconteceu e não há nada na manga, é um Concurso Público. A proposta que veio a esta Assembleia Municipal é a mais lata possível e veio no sentido de estabelecer um consenso o mais lato possível. Se esta proposta for aprovada, pela primeira vez terrenos sem aptidão vão passar a ter um rendimento anual e por último a experiência do promotor. Todos estamos cientes concerteza, que numa discussão desta, não se trata de um combate partidário, trata-se de uma opção decisiva pelo futuro de Alpiarça, consagrando o respeito por uma ideia de solidariedade , que era sem dúvida a do Senhor José Relvas.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao membro Carlos Cotrim que relativamente as questões concretas que foram colocadas , nós não podemos ter um parecer de viabilidade económica , nós vamos propor a privados que nos apresentem um modelo , que vão ser eles a idealizar o seu projecto e a forma de financiamento do seu projecto. Queremos exigência técnica na apreciação dessas propostas.

O Senhor Presidente da Câmara informou que relativamente à falta de transparência que foi falada nesta Assembleia , "nós trazemos uma Proposta , dizemos com clareza que se discuta o espírito do Senhor José Relvas com toda a

abertura, a nossa atitude só tem uma razão de ser - o respeito intransigente pelo espírito do Senhor José Relvas e não por qualquer interesse político ou partidário.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu à membro Inês Aguiar em relação à questão levantada tendo em conta o Decreto-Lei 59/99, se ler a proposta vê que não é esse o Decreto enquadrado , basta ler o penúltimo parágrafo da primeira folha da proposta, para perceber.

Relativamente à base de licitação como foi referido pelo membro João de Brito, não pode haver base de licitação, tem que haver propostas.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu à membro Anabela Costa, na questão que ela mencionou em relação à alienação de terreno - sabe o que significa alienar? alienar é perder a posse definitiva.

Relativamente à questão apresentada pelo membro José Miguel Carvalho, de ser um projecto com uma dimensão muito grande, quanto maior for a dimensão da área para um projecto destes, mais se defende ambientalmente o projecto e a inovação dele.

O membro José Miguel Carvalho voltou a intervir dizendo que é uma Proposta muito vaga e é exactamente por isso, não faz sentido vota-la nesta altura.

A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta apresentada pela Bancada da CDU, referente ao Ponto nº 8 , tendo sido a mesma reprovada por maioria com 8 votos contra 6 votos a favor e 2 abstenções.

A Senhora Presidente da Mesa colocou à discussão da Proposta para abertura de concurso para concessão deste espaço na Quinta dos Patudos.

A membro Inês Aguiar interveio dizendo que "a Proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara é uma proposta pouco esclarecedora, ainda não consegui perceber o que é que se pretende. É um concurso público e por isso tem regras e critérios - onde é que eles estão? Por isso não posso autorizar um Concurso Público. Ninguém pode votar com os olhos fechados, dar carta branca para o Executivo fazer o que quiser.

O membro Fernando Ramalho interveio referindo-se ao argumento apresentado pela membro Inês Aguiar dizendo o seguinte: "que não conhece o projecto e que o documento não diz as características daquilo que se quer implementar na Quinta dos Patudos, mas na proposta apresentada diz "entendendo-se por concessão a concepção, projecto, construção, financiamento, conservação e exploração do referido empreendimento" portanto a concepção do projecto há-de ser proposto pelo particular que concorrer ao Concurso, depois então caberá à Câmara Municipal e Assembleia Municipal definir o que interessa ou não.

A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação , foi aprovado por maioria com 8 votos a favor da Bancada do PS, com 6 votos contra da Bancada da CDU e 2 abstenções da Bancada do PSD.

O membro Fernando Ramalho fez declaração de voto, no sentido de se congratular pela passagem da Proposta e que a Câmara Municipal tenha muito sucesso naquilo que idealizou para o terreno em causa.

A membro Vitória Brito apresentou declaração de voto da Bancada da CDU, pelo facto de terem votado contra. (Declaração de voto anexa).

PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Inscreeveram-se diversos Munícipes para o período de intervenção do público:

- Intervenção da Muniçipe, Maria da Conceição Fino Castelão de Almeida, referente a um esgoto que se encontra a correr a céu aberto no meio do Jardim da sua casa de habitação. O assunto terá que ser remetido à Câmara Municipal.

- Intervenção do Muniçipe, Manuel José Raposo, referente à Poluição da Vala de Alpiarça , concorda com o trabalho apresentado pelo Senhor João Osório, mas discorda com a atitude de ter sido avisada a Comunicação Social para fazer uma promoção negativa em relação a Alpiarça.

- Intervenção do Muniçipe, João Vasco Peixinho, referente à discussão do Ponto Nº 8 da Ordem de Trabalhos, saber se várias entidades foram contactadas para fazerem o estudo necessário, para a implantação do Empreendimento Turístico na Quinta dos Patudos. Pretende saber se existe algum técnico de turismo na Autarquia.

A Senhora Vereadora Dr^a Vanda Nunes, informou que ao abrigo do PEPAL foi admitida uma pessoa para fazer um estágio de Técnica de Turismo, na Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Muniçipe que, relativamente ao IPAR, não é só o IPAR que vai ser consultado, mas sim todas as outras entidades que forem necessárias, para que o projecto seja viável.

- Intervenção do Muniçipe, Manuel Garriapa Domingos, referente ao Legado José Relvas, e aos rendeiros.

- Intervenção da Muniçipe, Mónica Ferreira, referente a um processo de destaque se o mesmo se enquadra no Ponto nº6 da Ordem de Trabalhos.

Assembleia Municipal de Alpiarça

Nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Presidente da Mesa encerrada a Sessão da qual se redigiu a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____